



# PRIMEIRA REGIÃO

JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

## HOJE

### A UniCorp em Videoconferência

#### Próxima edição da Sexta Jurídica discute pornografia infantil na internet

A Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (UniCorp) e a Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMGM) promovem, no dia 22 de agosto, mais uma edição da Sexta Jurídica. O tema “Pornografia infantil na internet” será tratado pela palestrante Simone dos Santos Lemos Fernandes, juíza federal titular da 35.ª Vara Criminal da SJMGM.

O evento terá início às 14h e será transmitido por videoconferência para toda a Primeira Região. As sextas jurídicas consistem em oportunidade para o aprimoramento e atualização jurídica de magistrados e servidores, em diversos ramos do Direito.

#### Tribunais têm até 30 de agosto para enviar dados sobre precatórios ao CNJ

Termina em 30 de agosto o prazo para que os tribunais federais, estaduais e trabalhistas enviem ao Sistema de Gestão de Precatórios (SGP) informações sobre a dívida total de União, estados, Distrito Federal e municípios com precatórios. Essa é a data prevista no primeiro parágrafo do artigo 1.º da Resolução n.º 115 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário.

A Resolução n.º 115, instituída em 29 de junho de 2010, criou o SGP para centralizar as informações sobre precatórios expedidos por todos os órgãos do Poder Judiciário. O sistema é alimentado com dados repassados pelos tribunais e tem o objetivo de traçar um mapa anual sobre a situação dos precatórios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A fim de apoiar os tribunais no cumprimento do prazo para o envio das informações, o CNJ está aprimorando o sistema tecnológico para o recebimento dos dados. Uma equipe foi escalada especialmente para dar suporte aos tribunais que tenham dificuldades no envio das informações.

Fonte: CNJ

#### Justiça Federal de Passos/MG inicia projeto de conciliação em processos relacionados ao Parque Nacional da Serra da Canastra

Proteção ambiental; preservação de patrimônio humano imaterial; fomento ao emprego e ao desenvolvimento; coibição de trabalho escravo e afirmação da cidadania. Estes são os principais interesses difusos e coletivos a serem conciliados no Projeto “Canastra: Justiça e Reconciliação” – cujas audiências foram iniciadas nos dias 20 e 21 de agosto, no Centro Comunitário do Distrito de São José do Barreiro, em São Roque de Minas, região oeste do estado de Minas Gerais.

Conduzido pelo juiz federal diretor da Subseção Judiciária de Passos, Bruno Augusto dos Santos Oliveira, o projeto foi oficialmente inaugurado na manhã do dia 20 de agosto, com a presença, entre outras autoridades, da coordenadora do Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (Sistcon), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso; do juiz federal diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Miguel Angelo de Alvarenga Lopes; do juiz federal substituto Marco Antônio Barros Guimarães, em auxílio ao Projeto; dos prefeitos dos municípios de São Roque de Minas, Roldão de Faria Machado, de Vargem Bonita, Belchior dos Reis Faria, e de Sacramento, Bruno Escalon Cordeiro; e do secretário de Turismo e Meio Ambiente de São Roque de Minas, André Luis Braga Picardi.

A coordenadora do Sistcon, desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, abriu o evento destacando o momento histórico que a região da Serra da Canastra está vivenciando. Segundo a magistrada, a partir da conciliação, haverá a possibilidade de resgate da dívida social decorrente da criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, na década de 70.

O diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais enfatizou a importância da colaboração dos municípios para a resolução dos conflitos existentes desde a criação do parque. São disputas que envolvem a consolidação e o aumento da área do parque; a sobrevivência dos tradicionais “canastreiros” (moradores da Serra da Canastra, que vivem da fabricação artesanal do queijo Canastra, que tem sua produção protegida pelo Iphan) e dos mineradores que vivem em condições análogas às de escravo; os interesses de exploradores de jazidas de diamantes e a luta dos ambientalistas. [\[Leia mais\]](#)

Fonte: Assessoria de Comunicação Social/SJMGM

Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Assessoria de Comunicação Social  
ascom.trf1@trf1.jus.br  
(61) 3314-5379